

Empreendedorismo Governamental: o Distrito Industrial do Tabuleiro do Martins

Waleska Cristina Cordoni Morelato Oliveira
Universidade Federal de Alagoas
waleskamorelato@gmail.com

Paulo da Cruz Freire dos Santos
Universidade Federal de Alagoas
paulodacruz@feac.ufal.br

RESUMO

Com a intensificação da globalização e as exigências advindas da concorrência entre as empresas ficou cada vez mais difícil para os micro, pequenos e médios empresários a permanência no mercado. No intuito de conseguir superar essas, e outras barreiras existentes, foram criadas as parcerias inteligentes, através de pólos industriais. Esses pólos possuem formas organizacionais distintas das grandes organizações e características próprias de funcionamento, como o estreitamento entre produção, território, questões públicas, atuação em rede e o empresariamento coletivo. Por motivos, como os explicitados acima, os governos têm tido grande interesse na criação de distritos industriais, que objetivam não apenas gerar empregos, mas provocar relações sociais e beneficiar um enorme número de famílias. Atentando para esses fatores o governo através dos seus agentes iniciou formas empreendedoras de atuação. Este trabalho relata a atuação do governo de Alagoas, evidenciando se através de atos de empreendedorismo, foi criado e oferecido assistência ao Distrito Industrial Governador Luiz Cavalcante - DILC, e se esse Pólo ajudou no fortalecimento do setor industrial e no desenvolvimento da cidade de Maceió, diminuindo a desigualdade social, a pobreza na região, melhorando os índices de crescimento e ainda garantindo uma melhor distribuição de renda entre a população. Para uma análise mais detalhada da atuação empreendedora do governo na criação e manutenção do Pólo Industrial de Maceió, a história do Pólo foi dividida em três fases, a sua criação e ascensão, declínio e atual conjuntura. A primeira fase começou no ano de 1975 quando Alagoas já apresentava potencial industrial, pois, era considerado uma dos maiores produtores de açúcar do Brasil. O Pólo nessa época ofereceu oportunidade de expansão para o setor industrial açucareiro e o setor metal mecânico que servia como apoio na produção de maquinários para as usinas. A segunda fase começou em 1990, quando o Pólo apresentou sinais de declínio, abandono e total omissão por parte do governo. Esse período entre 1990 e 2000, foi caracterizado pelo declínio do consumo de álcool e marcado pelo fim do Programa Nacional do Alcool – PROALCOOL e pela falência da Companhia de Desenvolvimento de Alagoas – CODEAL e pelo não-investimento em infra-estrutura. Na última etapa retrata a atual conjuntura, após a primeira fase da revitalização do polo.

Palavras-Chave: Pólos Industriais, Governo, Empreendedorismo.

1. INTRODUÇÃO

Empresas geralmente começam pequenas e se obtiverem êxito crescem e se tornam grandes empresas (U.S. SMALL BUSINESS ADMINISTRATION, OFFICE OF ADVOCACY, 2007). O conceito de pequenas e grandes empresas varia de país para país, mas um dos problemas que todas elas enfrentam é similar: a concorrência e as exigências dos consumidores.

Com a intensificação da globalização e competição cada vez mais acirrada entre as empresas, fica cada vez mais difícil para quem é micro, pequena ou média a permanência no

mercado. Essa constatação não exclui as grandes empresas, mas, essas devido ao seu porte e a sua maior capacidade para captar recursos têm maior poder para lutar e resistir. O alto rigor exigido para os produtos, engloba desde o alto grau de qualidade que inclui, segundo Davis; Aquilano; Chase (2001), desempenho, características, confiabilidade, conformidade, durabilidade, serviços, estética e qualidade percebida, até os *trade off* ou prioridades competitivas básicas que tornam o produto mais atraente e dão um diferencial ao que está sendo oferecido, ainda segundo Davis; Aquilano; Chase (2001), como custos, qualidade, entrega e flexibilidade.

No intuito de conseguir superar essas e outras barreiras existentes, buscam-se parcerias inteligentes, que beneficiem o produto criando vantagens para as micro, pequenas e empresas de médio porte, que estejam se agrupando em pólos industriais. Em relação a eles Schumpeter (1950), afirma que o agrupamento em distritos industriais proporciona expansão as organizações, além de melhorar as formas de comercialização dos produtos. Esses aglomerados industriais, ou pólos, possuem formas organizacionais distintas das grandes organizações e características próprias de funcionamento, como o estreitamento entre produção, território, questões públicas, atuação em rede e o empresariamento coletivo (ANDION, 2003).

A colaboração entre o setor público (governo), o setor privado (empresas) e a população, produz vantagens para as empresas localizadas nesses pólos, como a criação de linhas de crédito, capacitações dos empreendedores e empregados, obtenção de terrenos para a instalação de empresas, contratações, desenvolvimento local, criação de novas empresas, aquecimento da economia local, atendimento às demandas empresariais, parcerias com outros financiadores, etc.

Com isso o produto pode tornar-se mais competitivo e atraente para o consumidor. Plummer (2007), sugere que, em situações como essa, no início a concorrência entre empresas pode ser um problema, porém, a longo prazo inúmeros benefícios serão obtidos devido ao ato de cooperação que surgiu para atendimento as demandas.

Além desses elementos aqui evidenciados, é importante atentar para as características ligadas a região onde foi implantado o pólo, observando-se pontos como o histórico local, quantidade de empresa instaladas, segmento, número de funcionários por empresa, flexibilidade, mercado que atende e principalmente se realiza ações coletivas que contribuam para o desenvolvimento local integrado. Atentando para esses fatores os governos através de seus agentes tem encetado formas empreendedoras de atuação.

Aqui cabe uma definição operacional do que é empreendedorismo. Segundo Melo Neto; Froes (2001) o termo é um “neologismo derivado da livre tradução da palavra *entrepreneurship*, sendo utilizado para designar os estudos relativos ao empreendedor, seu perfil, suas origens, seu sistema de atividades, seu universo de atuação”.

O estudo do empreendedorismo, através de indivíduos empreendedores, tem sido objeto de atenção via sua participação no desenvolvimento econômico, suas características e traços de personalidade - comuns, pelo menos, à maioria deles – que sejam destacáveis e a conexão indivíduo/oportunidade, entre outras (SANTOS, 2008).

Este relato procurará mostrar a atuação do governo do estado de Alagoas, através de atos de seus atos empreendedores durante décadas, pois o mesmo criou e ofereceu assistência ao Distrito Industrial Governador Luiz Cavalcante, e se esse Pólo ajudou no fortalecimento do setor industrial e no desenvolvimento da cidade de Maceió, diminuindo a partir daí a desigualdade social e a pobreza, melhorando os índices de crescimento e ainda garantindo uma melhor distribuição de renda entre a população.

2. METODOLOGIA

A pesquisa que permitiu a produção deste relato teve cunho exploratório, pois seu intuito foi o de coletar informações que permitissem se ter um melhor conhecimento sobre os fatos e as razões que levaram a instalação do polo industrial conhecido durante muito tempo como Distrito Industrial Governador Luiz Cavalcante. Os dados foram coletados em documentos produzidos por várias instituições ligadas ao segmento industrial e através de entrevistas de profundidade.

Para que a pesquisa fosse realizada foi inicialmente elaborado um questionário, que serviu de roteiro para as entrevistas. Para nortear a elaboração do questionário foi feita inicialmente uma revisão da literatura produzida por autores que estudam os aglomerados produtivos como Melo Neto; Froes (2001), Andion (2003), Carrão (2004), Adams (2001), Dowbor (2005) e Pellegrin (2007).

O primeiro questionário produzido foi testado contendo continha vinte questões. Após alguns ajustes e melhorias sua versão final passou a conter, vinte e sete questões versando sobre fatos: históricos, econômicos, governamentais, empreendedores, industriais, de desenvolvimento e sociais.

A aplicação do questionário foi realizada após a superação de muitas dificuldades. A primeira foi à elaboração da relação das pessoas a serem entrevistadas. Devido ao fato delas ocuparem cargos em setores importantes, do estado de Alagoas, as entrevistas inúmeras vezes foram adiadas provocando atrasos no cronograma. Outro problema foi a localização de pessoas que vivenciaram a época que o Pólo foi inaugurado, dado que muitas delas não estão mais atuando profissionalmente. Além disso, muitos órgãos do Estado de Alagoas como a Secretaria de Desenvolvimento, o Arquivo Público e a ADEDI – Associação dos Dirigentes das Empresas do Distrito Industrial, ainda não estão informatizados.

Em decorrência da não digitalização dos dados, muitos documentos se perderam, devido a circunstâncias as mais diversas, podendo aqui ser citadas enchentes, mudanças de governos, fechamento de órgãos administrativos importantes, como a CODEAL- Companhia de Desenvolvimento de Alagoas. Além disso, ocorreu também a ausência de registro de realizações passadas.

Somente foram entrevistadas seis pessoas: o presidente da Associação dos Dirigentes das Empresas do Distrito Industrial – ADEDI, o diretor dos pólos e distritos de Maceió, da Secretaria do Desenvolvimento Econômico, Energia e Logística, um economista da Federação das Indústrias do Estado de Alagoas – FIEA, dois empresários da época da inauguração do distrito e um economista da antiga CODEAL, hoje conhecida como CARHP – Companhia Alagoana de Recursos Humanos e Patrimoniais, que assumiu algumas funções da antiga administradora do distrito. A partir dessas entrevistas foram levantadas as informações históricas, econômicas e de efetiva atuação do governo junto ao Pólo Multisetorial Governador Luiz Cavalcante.

Com o material coletado nessas entrevistas, aqui consideradas a memória da pesquisa por serem os poucos resquícios de história que ainda existem do Pólo, foram analisadas também a Normatização do Pólo Multisetorial Governador Luiz Cavalcante, um documento concluído em 2003, onde foram relatadas a organização espacial, as edificações, as instalações, os licenciamentos e fiscalização do local, o relatório de avaliação do Pólo de Maceió, também do ano de 2003. versando sobre assuntos como perfil e diagnóstico do Pólo e o Cadastro dos Pólos, Distritos e Núcleos Industriais em Alagoas elaborado pela Confederação Nacional da Indústria – CNI, Federação das Indústrias do Estado de Alagoas – FIEA, Instituto Euvaldo Lodi / AL – IEL.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

As entrevistas realizadas permitiram levantar informações e registros de acontecimentos importantes, como a criação do Distrito Industrial Governador Luiz Cavalcante – DILC, conhecido popularmente como Pólo Industrial de Maceió. A área do pólo teve o início de sua ocupação em 1964, ainda sem um planejamento técnico do seu loteamento, pois, na época o Estado necessitava iniciar um processo de atratividade industrial, mas o mesmo só foi inaugurado no ano de 1975 (FIEA, 2009). O Pólo tinha como conveniados a Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, que formava mão-de-obra qualificada e como administradora a Companhia de Desenvolvimento de Alagoas – CODEAL, hoje Companhia Alagoana de Recursos Humanos e Patrimoniais – CARHP, que através de delegação do governo criou uma comissão para autorizar os benefícios creditícios localizacionais (venda de terrenos a preços subsidiados) e de infra-estrutura (terraplanagem, abertura de vias, asfaltamento). Ela elaborava também o projeto socioeconômico e industrial, além de criar vínculo entre os empresários e a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE que financiava a construção das empresas que se instalavam na área do pólo.

O idealizador do distrito industrial, hoje conhecido como Pólo Multisetorial Governador Luiz Cavalcante, foi o governador Luiz de Souza Cavalcante (15/08/1966 a 15/03/1971). Segundo foi relatado nas entrevistas, ele possuía inúmeras características que o tornavam um empreendedor, como intenção de empreender, sempre buscar oportunidades, persistência, sempre buscar informações, valorizar o planejamento, saber fixar metas, poder de controle, capacidade de persuasão e possuir boa rede de relacionamentos, que segundo, Santos (2008), são traços característicos dos empreendedores.

Luiz de Souza Cavalcanti deixou um legado de diversas obras para Alagoas, como a Companhia Energética de Alagoas - CEAL, Companhia de Saneamento de Alagoas - CASAL, CODEAL e Banco do Estado de Alagoas S/A – PRODUBAN. Praticamente todas as estatais que a cidade de Maceió possui foram criadas na sua gestão (MILITO, 2009).

A inauguração do Pólo foi impulsionada pelo Programa Nacional do Álcool – PROÁLCOOL, criado em 1975 pelo decreto nº 76.593. O PROÁLCOOL foi criado com objetivos bem claros: substituir a gasolina utilizada nos automóveis e ajudar os produtores de açúcar que amargavam prejuízos em decorrência das baixas cotações desse *commodity* no mercado mundial.

Quando o governador Luiz Cavalcante idealizou o Pólo deixou bem clara a sua intenção de empreender, pois Alagoas apresentava potencial para a indústria, sendo considerada na época um dos maiores produtores de açúcar do Brasil. O Pólo ofereceria uma oportunidade de expansão para o setor industrial açucareiro e o setor metal mecânico que serviria de apoio para a produção de maquinários para as usinas. Apesar do Pólo ter localização privilegiada, pois, dava fácil acesso ao escoamento da sua produção através do Porto de Jaraguá, das rodovias AL 101, BR101 e BR316, ainda havia muita resistência por parte das indústrias que não encontravam no local infra-estrutura adequada.

O governo de Alagoas porém persistiu com a idéia da implantação do Pólo, e começou o processo de atratividade inaugurando o mesmo no ano de 1975, já na gestão de Divaldo Suruagi, após quatro mandatos do de Luiz de Souza Cavalcante. O idealizador do Pólo foi homenageado dando seu nome posto ao oficialmente chamado de Distrito Industrial.

Através da CODEAL sua administradora o governo disponibilizou o maior número possível de informações sobre o local. Assim, o número de empresas com interesse em se instalar no Pólo cresceu, levando-o a uma fase de plena expansão.

Luiz Cavalcante, quando governador, tinha uma grande meta consigo, conseguir atrair uma grande quantidade de indústrias para o Município de Maceió, inicialmente com uma diversidade de segmentos, mas principalmente para atender ao segmento açucareiro e para tanto utilizou de sua persuasão e influente rede de relacionamentos. Seus esforços renderam frutos mais tarde e sua iniciativa rendeu resultados.

Após um período de crescimento acelerado, o Distrito Industrial Governador Luiz Cavalcanti entrou em esquecimento e total omissão por parte do governo, caracterizado pelo declínio do consumo de álcool que foi marcado pelo fim do Programa Nacional do Alcool – PROALCOOL, pela falência da Companhia de Desenvolvimento de Alagoas – CODEAL e pela ausência de investimentos na sua infra-estrutura. Nessa época muitas indústrias abandonaram o Pólo, outras foram se instalar em estados vizinhos por conseguirem diversas vantagens não encontradas no Estado de Alagoas e algumas ainda entraram com pedido de concordata. Para Alcântara (2007) “o distrito surgiu como uma promessa de estruturação que nunca aconteceu”.

Anos depois o governo estadual redescobriu a importância que têm os pólos industriais para o desenvolvimento econômico e iniciou o processo de revitalização do distrito industrial de Maceió. Hoje já com a primeira fase de revitalização concluída, o Pólo apresenta sinais de melhora o que renova as esperanças e proporciona dignidade aos empresários que estão a tantos anos sustentando suas empresas e aguardando mudanças.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE de 2009, a cidade de Maceió possui hoje cerca de 896.965 habitantes. Dentre esses o Pólo emprega apenas 3.421 trabalhadores diretos, entretanto, proporciona 12.000 indiretos, sendo responsável por apenas 0,013% do mercado de trabalho alagoano.

As variações de segmentos empresariais encontradas no Polo, junto à cultura local, criaram inúmeras dificuldades para a atuação das empresas em forma cooperada, o que possivelmente enfraqueceu o setor industrial. Assim o número de empregos tornou-se pouco relevante e o desenvolvimento trazido pelo Pólo mostrou-se insatisfatório.

4. CONCLUSÃO

Apesar de seu espírito empreendedor Luiz de Souza Cavalcante não teve seguidores que proporcionassem um crescimento tão satisfatório como o que ocorreu em sua gestão, o que infelizmente pode ter afetado o crescimento do setor industrial de Alagoas, em especificamente, o da cidade de Maceió.

A criação do distrito industrial (polo) deveu-se a necessidade de um local apropriado para serem instaladas indústrias de diversos segmentos, mas principalmente para atender ao segmento da monocultura da cana-de-açúcar, que neste período funcionava como motor da economia local.

Uma das maiores queixas ouvidas dos entrevistados durante esta pesquisa, foi o descaso das gestões posteriores a de Luiz Cavalcante e um insatisfatório investimento na infra-estrutura do Polo. Isso talvez explique o crescimento irrelevante do setor industrial da cidade de Maceió.

Hoje, o agora Pólo Multisetorial Governador Luiz Cavalcante abriga 77 empresas classificadas como secas e não-poluentes. Os segmentos variam do setor plástico ao logístico. A sua revitalização trouxe nova esperança aos empresários locais.

“A revitalização do Polo” no dizer de Andrade (2008), “o transformou em uma vitrina para novos investidores”.

6. REFERÊNCIAS

- ADAMS, S.P. Government entrepreneurship: the case of Henry Kaiser. *Rutgers Management Research*, v. 41, 2001.
- ALCÂNTARA, J.F. Depoimento a Wagner Melo. Maceió: *Jornal ADEDI*, n.1, p. 3, 20 de junho de 2007.
- ANDION, C. Análise de redes e desenvolvimento local sustentável. *Revista de Administração Pública*, v. 37, n. 5, p. 1033-1054, 2003.
- ANDRADE, J.C.L Depoimento a Wagner Melo. Maceió: *Jornal ADEDI*, n. 2, p. 1, 15 de maio de 2008.
- CARRÃO, A.M.R. Cooperação entre empresas de pequeno porte em pólos industriais: um estudo comparativo. *Revista de Administração*, v. 39, n. 2, p. 186-195, 2004.
- DAVIS, M.M.; AQUILANO, N.J.; CHASE, R.B. *Fundamentos da administração da produção*. Porto Alegre: Bookman, 2001.
- DOWBOR, L. Políticas nacionais de apoio ao desenvolvimento local: empreendedorismo local e tecnologias sociais. *Revista de Administração Pública*, v. 39, n. 2, p. 187-206, 2005.
- FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE ALAGOAS - FIEA. *Manual técnico do cadastro dos pólos, distritos e núcleos industriais em Alagoas*. Maceió: FIEA, 2009.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Cidades*. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 30 jun 2009.
- MELO NETO, F.P.; FROES, C. *Empreendedorismo social: a transição para a sociedade sustentável*. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2001.
- MILITO, J.C. *Entrevista pessoal* concedida a Waleska Morelato em 17/06/2009.
- PELLEGRIN, I.; et al. Redes de inovação: construção e gestão da cooperação pró-inovação. *Revista de Administração*, v. 42, n. 3, p. 313-325, 2007.
- PLUMMER, L.A. Friends or foes: the spatial dynamic between established firms and entrants. *Small Business Research Summary*, n. 293, 2007
- SANTOS, P.C.F.. Uma escala para identificar o potencial empreendedor. 2008. 366 f. Tese (Doutorado em Engenharia da Produção) - Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 2008.
- SCHUMPETER, J.A. *Capitalism, socialism and democracy*. New York: Harper Collins. 1950.

U.S. SMALL BUSINESS ADMINISTRATION, OFFICE OF ADVOCACY *The small business economy: a report to the president*. Washington: United States Government Printing Office, 2007.